

Eleger Lula, derrotar o bolsonarismo e o tesouraço

Joaquim Soriano e Carlos Henrique Árabe

09/09/2026

A superação das saídas autoritárias exige a articulação entre a defesa das instituições e a afirmação de um programa econômico antineoliberal



Arte com Foto de Ricardo Stuckert.

1.

Não é possível relativizar a luta pela vitória política. Enfrentar o bolsonarismo por si mesmo é uma luta democrática. E sabemos o reverso da medalha: a derrota, sobretudo, como repetição, implicará em proporções muito mais dramáticas o desastre que foi a primeira. Uma mistura de Nayib Bukele com Donald Trump e... Milton Friedman, da escola de Chicago!

O programa político de Flávio Bolsonaro é o típico programa para defender seus próprios interesses. E não precisa dizer muito para afirmar a manutenção do sistema político que lhe favorece e mesmo para exacerbar suas marcas mais antidemocráticas. Expressiva é a sua defesa do modelo de emendas parlamentares, no qual sua ampla base parlamentar se especializou. E, não à toa, investe contra o papel do STF exatamente na defesa da democracia: foi lá que foi desmascarado o golpe de Estado do seu pai para impedir a posse de Lula e para assassinar o próprio Lula, além de Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes do STF.

É também um anti-programa: tudo contra Lula! Afinal sua base de apoio, como mostram diversas pesquisas, se mobiliza contra os direitos das maiorias populares, como o fim da jornada de trabalho 6×1. O perfil destrutivo da extrema direita mal se disfarça ao longo do seu documento programático.

Seu programa também é uma tentativa de reescrever a história do governo do pai: ele é apresentado como modelo federativo, como modelo de proteção frente a pandemia, como modelo de gestão fiscal, como exemplo de relações internacionais.

O que não está ainda escancarado é a sua proposta econômica de *Chicago boy*, o tesouraço! Surpreendentemente, nada lhe foi cobrado até agora. E como pode um candidato competitivo a presidente

não ser chamado a se explicar sobre o tesouramento?

Porque, justamente, ele faz parte de um consenso das elites econômicas: é necessário cortar gastos – e cortar gastos sob o neoliberalismo quer dizer cortar direitos sociais e constitucionais. Essa é a fórmula mágica, às vezes rebuscada, mas cujo ponto de chegada é, nas palavras de um propagandista do neoliberalismo: “É muito difícil reconhecer as limitações para políticas redistributivas compensatórias numa economia de mercado com propriedade privada dos meios de produção. Mas é disso que se trata”.^[1]

A luta pela vitória política não pode ser isolada do programa para o Brasil, vale dizer, não pode se constituir em luta defensiva, que se reduz a continuidades, ainda que estas sejam importantes sobretudo naquelas partes mais bem sucedidas, como as medidas de progressividade na reforma tributária.

Quanto mais programática for a candidatura Lula, maior sua chance e seu alcance. Mais exatamente: a vitória política nas condições brasileiras exige conteúdo democrático e anti-neoliberal, dimensões inseparáveis desde nosso ponto de vista.

2.

Por que não formular o problema em duas etapas, primeiro a vitória política-eleitoral, depois o programa? Porque está aquém da consciência democrática já conquistada pelo povo brasileiro.

Associar a luta democrática com um programa para alcançar uma sociedade soberana, democrática, desenvolvida e com superação das desigualdades, vale dizer, um programa pós-neoliberal, é necessário para formar maioria e responder aos problemas do Brasil.

A primeira coisa que se pode dizer sobre isso é que tornará muito mais provável a vitória política-eleitoral. O povo decide em condições concretas com base em suas experiências e sob polarização política. Sabemos que, com razão, ele quer mais do que o oferecido até agora. E parece entender como derrota não dar passos importantes à frente. Como reagirá ao modelo de duas etapas?

Pesquisas apontam que quase 70% dos que pretendem votar em Lula o fazem por acreditar que ele é o candidato com as melhores ideias e programa de governo para a população. Com ele esperam melhores condições de vida. Apenas cerca de 30% votam para evitar que outro ganhe. É praticamente o inverso do perfil bolsonarista, em que a razão principal de escolha é evitar a vitória de outro candidato.^[2]

O mote da esperança vencer o medo capta essa disjuntiva. Interessa um futuro melhor. Por isso, o Lula que está na mente popular é aquele que enfrentou a grande crise mundial de 2008, quando o Brasil foi um dos poucos países a ter aumento real de emprego e de salário. Não basta, ao que parece, aplicar o modelo de duas etapas.

Aliás, sabemos que nos últimos anos aumentou a renda das famílias que recebem até cinco salários mínimos como renda familiar. De outro lado, sabemos também que esse aumento não foi suficiente para garantir os gastos clássicos de reprodução da força de trabalho: falta renda no final do mês para a maioria que vive do trabalho. O fato importante é que as condições políticas do 3º. governo Lula foram fundamentais para esse avanço e permitem dizer que novos passos serão possíveis.

Outros dados muito importantes: no Brasil, enfrentar as desigualdades sociais é uma questão central e as desigualdades são barreiras intransponíveis apenas por esforço individual. Pesquisas revelam que para 40% do povo o poder político é decisivo para superar as desigualdades. Outros 34% afirmam que a sociedade e seus movimentos também contam muito.^[3]

Esse senso igualitário é uma enorme conquista civilizatória brasileira e é fundamental para entender a disputa que se trava hoje e que marca a história do país desde a redemocratização.

Estudos recentes sobre desigualdade no mundo colocam o Brasil como uma das mais desiguais, senão a mais desigual dentre aquelas economias de desenvolvimento médio. O ano de 2026 já é um marco no sistema tributário ao criar um imposto sobre a renda de milionários e ao isentar imposto sobre a renda na base da sociedade entre os que ganham até 5 salários-mínimo. Essa iniciativa do governo Lula começa alterar um sistema tributário fortemente regressivo, incapaz até agora de se contrapor a uma distribuição extremamente desigual.^[4]

3.

Demos passos para construir um novo modelo de desenvolvimento com soberania, superação das desigualdades e ecologicamente sustentável. Com crescimento econômico e um novo modelo de financiamento com taxas de juros em patamar compatível com investimentos crescentes.

Com um Banco Central que presta contas à sociedade e que busca a estabilidade de preços sem impor à economia uma das maiores taxas de juros do mundo, fonte de desigualdade, endividamento de famílias e empresas, e de expansão da dívida pública.

Esse novo modelo precisa se apresentar como programa para Brasil e como alternativa ao consenso das elites econômicas que é aprofundar o neoliberalismo com cortes dos direitos sociais e privatizações. E, muito provavelmente, encaminhando o país para a recessão com destruição de empregos e direitos.

E aqui entramos na segunda questão: é possível para a esquerda e para o PT formar maioria no eleitorado sem responder a essas questões? Mais concretamente, é razoável separar a luta democrática da luta para superar as desigualdades capitalistas aprofundadas dramaticamente pelo neoliberalismo?

Tudo isso nos aproxima do programa histórico do PT para o Brasil. Desde 1989. Essa límpida coerência histórica é necessária novamente.

O caminho democrático para derrotar o bolsonarismo não pode ser separado daquele para superar as desigualdades; é o caminho para superar também o neoliberalismo, cada vez mais atado à extrema direita. O Brasil é um dos países em que as cortinas estão abertas para essa saída.

Joaquim Soriano é vice-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores.

Carlos Henrique Árabe é diretor da Fundação Perseu Abramo.

Via A terra é redonda

Notas

[1] *Folha de S. Paulo*, 29 de agosto de 2026. “Réplica: Não há fundamento para atribuir juros elevados ao rentismo. Samuel Pessoa rebate texto de José Dirceu sobre causas de taxa altíssima no Brasil”. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2026/08/replica-nao-ha-fundamento-para-atribuir-juros-elevados-ao-rentismo.shtml>

[2] Datafolha, 18 e 19 de agosto de 2026.

[3] Ambos os dados são revelados por pesquisas de cultura política da Fundação Perseu Abramo realizadas pelo seu Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (NOPPE), especialmente a Pesquisa Brasil em Movimento, maio e junho de 2026.

[4] Palomo, T. et al. Progressividade Tributária e Desigualdade no Brasil: Evidências a partir de Dados Administrativos Integrados. 2025. Disponível em <https://taxobservatory.world/www-site/uploads/2025/08/Progressividade-Tributaria-e-Desigualdade-no-Brasil-Evidencias-a-partir-de-Dados->

[Administrativos-Integrados.pdf](#)

Compartilhe nas redes: